



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/ 2024 LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/ 2024

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, conforme portarias nº 139, de 12 de setembro de 2018; nº 88, de 18 de outubro de 2021; e nº 282, de 13 de dezembro de 2024.

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE UNAÍ-MG

CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS: Até às 07h30min do dia 28/01/2025

DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA: Dia 28/01/2025 às 08h00min

PRAZO DE DURAÇÃO DA ETAPA DE LANCES: 3 horas.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações - Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC - www.bnc.org.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR LANCE

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data da sessão do Leilão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

- ✓ **CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES:** na internet, nos sites <https://bnc.org.br> (Bolsa Nacional de Compras - BNC) e www.saaeunai.mg.gov.br, link “Licitações/Pregão Eletrônico” ou pelo telefone (38) 3676-1521 – Ramal 242.
- ✓ **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** <https://bnc.org.br>
- ✓ **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília /DF
- ✓ **ENDEREÇO DO SAAE/UNAÍ/MG:** Avenida Governador Valadares, 3.757, Bela Vista, Unai-MG, CEP: 38613-652.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2024
EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024**PREÂMBULO**

O **SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, Autarquia Municipal, criada pela Lei nº 504, de 27 de novembro de 1967 e reinstituída pela Lei nº 2.309, de 8 de julho de 2005, com sede na Av. Governador Valadares, 3.757 - Bela Vista - CEP: 38613-652 - Unaí-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.838.855/0001-17, torna público que se acha aberta licitação na modalidade **LEILÃO, de forma ELETRÔNICA**, para Alienação de Bens Móveis Inservíveis, conforme relação de bens inservíveis e Portarias nº 139, de 12 de setembro de 2018; nº 88, de 18 de outubro de 2021; e nº 282, de 13 de dezembro de 2024, com critério de julgamento **MAIOR LANCE POR LOTE** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e suas alterações posteriores, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão conduzidos pela servidora Lidiane Stfany Monteiro Inácio, designada para este ato, denominado Leiloeiro, por meio da Portaria nº 249, de 14 de novembro de 2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://bnc.org.br/>.

O Leiloeiro terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Leilão a alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros), pertencentes ao patrimônio do Saae de Unaí-MG.

1.2. Os bens móveis serão adquiridos nas condições e estado de conservação em que se encontrarem, sem garantia, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos interessados, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades e condições intrínsecas e extrínsecas.

1.3. Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens (Transferências, registros, fretes, deslocamentos, etc), serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1.4. A licitação será dividida em lotes, conforme o “**ANEXO Ia**” do Termo de Referência.

1.5. Todos os bens, ora levados a Leilão, se encontram na sede do Saae, à **Av. Governador Valadares, 3.757, Bela Vista (LOTES 7 ao 22)** e na **Av. São João, 348 – Divineia (LOTES 1 ao 6) – Unaí-MG**.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Não poderão participar desta licitação, além das mencionadas no art. 14 da Lei nº 14.133/21, as pessoas físicas ou jurídicas que:

a) se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo tal impedimento ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante (Saae/Unai/MG) ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

e) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

f) cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Saae/Unai, Agente de Contratação, Comissão de Contratação, Leiloeiro e Equipe de Apoio, ou façam parte da Comissão de Avaliação.

g) agentes políticos, servidores efetivos, comissionados ou adidos externos vinculados a órgãos ou entidades integrantes da administração do Saae/Unai/MG, bem como seus parentes, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

h) os que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

i) empresas, isoladamente ou em consórcio, que tenham entre seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados a serviço ou vinculados a órgãos ou entidades integrantes da administração do Saae/Unai/MG.

j) em forma de consórcios.

2.4. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

2.5. Conforme estabelece o [art. 31, § 4º, da Lei 14.133/21](#), o procedimento licitatório não exigirá um registro cadastral prévio, bem como não terá fase de habilitação, havendo somente a verificação quanto a eventuais impedimentos legais de participação antes da homologação ao arrematante.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Leilão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site <https://bnc.org.br/>, na aba "CADASTRE-SE", selecionando a opção "Fornecedor" e preenchendo todos os dados solicitados para finalizar o cadastro.

3.2. Os dados para cadastro exigidos são os que seguem, conforme regulamento do Portal do Banco Nacional de Compras que pode ser acessado em <https://bnc.org.br/faq/>:

3.2.1. Dados para cadastro de pessoa física:

- a) Comprovante de Residência;
- b) CPF;
- c) RG;
- d) Termo de Adesão.

3.2.2. Dados para cadastro de pessoa jurídica:

- a) Cartão CNPJ;
- b) Contrato Social;
- c) CPF do Responsável (procurador ou representante legal);
- d) RG do Responsável;
- e) Inscrição Estadual;
- f) Inscrição Municipal;
- g) Procuração (caso não seja representante legal).

3.3. Para efetivação do cadastro, o interessado deverá enviar os documentos acima elencados, física ou eletronicamente, para o endereço abaixo, ou com autenticação eletrônica, de acordo com as orientações fornecidas no portal e no e-mail de confirmação de cadastramento, para fins de homologação:

- a) E-mail: <https://bnc.org.br/>;
- b) Endereço: Central de Atendimento da BNC na Av. Monteiro Lobato, 106 - Jardim Carvalho CEP 84015-480 | Ponta Grossa – PR Telefone e WhatsApp: (42) 3026-4550 e-mail: contato@bnc.org.br.

3.4. Dúvidas acerca do cadastro junto a BNC deverão ser direcionadas ao próprio provedor do sistema a partir do e-mail e telefone acima indicados.

3.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer leilão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa justificada do Portal de Compras Públicas.

3.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso, em quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

3.8. A participação no Leilão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

3.9. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.10. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Leilão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4. DO ESTADO DE USO E DE CONSERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

4.1. Os bens serão vendidos sem garantia, não cabendo ao Saae a responsabilidade por defeitos ou vícios de qualquer natureza, ou qualquer obrigação em realizar consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

4.2. Em se tratando de veículos, os licitantes deverão examinar detidamente os veículos face as exigências do DETRAN, no que se refere a modelo, cor, ano de fabricação, potência, plaquetas, etiquetas autodestrutivas, numeração do motor e chassi, numeração dos vidros, ano de fabricação, ano modelo.

4.3. Quando, o número do motor e do chassi não estiverem legíveis, ou não forem originais de fábrica, caberá ao licitante arrematante trocar a peça e providenciar a regularização do veículo junto aos órgãos públicos competentes.

4.4. Veículos que eventualmente não possuam o número de motor registrado e/ou danificados ou estiverem com os motores trocados na BIN (Base Índice Nacional) serão de inteira responsabilidade dos arrematantes, no que tange a sua regularização.

4.5. Lotes de veículos, máquinas e equipamentos poderão apresentar falta de peças e/ou componentes, ferrugem e corrosão, inclusive na gravação do chassi, eventualmente necessitando sua remarcação, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago, ou ainda motivo de cancelamento do lote arrematado, uma vez que é de responsabilidade do interessado a vistoria prévia dos bens.

4.6. Quando o veículo não possuir CRV/CRLV ficará a cargo do arrematante providenciar junto ao DETRAN a segunda via dos mesmos, isentando o Saae de quaisquer responsabilidades.

4.7. As multas, impostos e quaisquer taxas que incidem ou que venham a incidir sobre os bens que estão sendo levados a leilão são de responsabilidade do arrematante do respectivo veículo, devendo os valores serem levantados com antecedência pelos interessados.

5. DAS VISTITAS, EXAME E VISTORIA DOS BENS

5.1. Os bens móveis a serem leiloados poderão ser visitados pelos interessados a fim de obterem todas as informações necessárias à compreensão do objeto e formulação de sua proposta de arremate.

5.2. Cabe aos interessados, no dia agendado para visitação, vistoriar e examinar os bens e veículos, bem como levantar condições dos respectivos documentos e estado de conservação, a fim de se inteirarem de suas particularidades.

5.3. A realização da vistoria prévia dos bens poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, conforme disponibilidade da administração.

5.3.1. A vistoria poderá ser realizada das 7h30min às 10h30min e das 13h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira na sede do Saae sito à **Av. Governador Valadares, 3.757, Bela Vista (LOTES 7 ao 22) e na Av. São João, 348 – Divineia (LOTES 1 ao 6) – Unaí-MG.**

5.3.2. É permitido portar máquina fotográfica e/ou celulares, assegurando a todo interessado o direito de efetuar o registro fotográfico do lote por ele inspecionado, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

5.4. A vistoria será realizada mediante agendamento prévio junto à Administração, com o servidor Célio José da Silva pelo e-mail: patrimonio@saaeunai.mg.gov.br e/ou telefone (038) 3676-1521 - Ramal 249.

5.5. Cabe aos interessados, nos dias determinados para visitação, vistoriar e examinar os bens e veículos, bem como levantar condições dos respectivos documentos e estado de conservação, a fim de se inteirarem de suas particularidades.

5.6. É permitido exclusivamente, a avaliação visual dos lotes de bens e veículos, sendo vedado o seu manuseio, experimentação, retirada de peças, etc.

5.7. Caso o licitante opte por não visitar o bem para atestar e conhecer as condições e peculiaridades do objeto, assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens, não podendo alegar ignorância quanto ao estado dele, em juízo ou fora dele, como motivo de redução de valor ou indenização.

5.8. A vistoria não é obrigatória, porém, após as formalidades, o arrematante não poderá desistir da arrematação, sob pena de aplicações das penalidades cabíveis.

5.9. Para todos os efeitos, considerar-se-á que o licitante tem pleno conhecimento dos bens e de todas as informações para execução do objeto, não podendo alegar posteriormente a sua insuficiência, nem pleitear modificações nos preços, prazos e condições ou requerer o reequilíbrio-financeiro em decorrência da falta de informações sobre o objeto.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF. Devem ser observadas as datas e horários discriminados a seguir:

6.2. A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.

6.3. As proponentes são responsáveis pelo exame criterioso das condições de fornecimento do objeto deste edital, ficando cientes de que o Saae/Unaí, poderá aplicar as sanções previstas neste edital e anexos, em cumprimento ao disposto no Capítulo I - Das Infrações e das Sanções Administrativas - do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.4. A simples participação no certame implica:

a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital de Leilão;

- b) A critério do Leiloeiro e Equipe de Apoio, a Sessão Pública poderá ser interrompida, continuando-se em dia seguinte, ato devidamente comunicado aos interessados, observados todos os procedimentos para garantir a lisura do processo licitatório;
 - c) A presente licitação é estritamente vinculada aos termos deste Edital e da legislação vigente, sendo tanto o Saae/Unai quanto os licitantes obrigados a dar fiel cumprimento aos seus dispositivos;
 - d) Os casos omissos serão resolvidos pelo Leiloeiro juntamente com a Equipe de Apoio de Licitação;
 - e) Fica o Leiloeiro autorizado a alterar a data da licitação e/ou revogá-la, no todo ou em parte, em data anterior à abertura da Licitação, e, ainda, antes da homologação do resultado, sem que caiba ao(s) licitante(s) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 6.5. As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes, e serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimento originais, exceto, quanto aos prazos, quando a alteração não afetar a preparação das propostas.
- 6.6. A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

7. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

- 7.1. O Leilão será realizado via sistema eletrônico por meio da INTERNET, em sessão pública, denominado Leilão Eletrônico e mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 7.2. O Leilão Eletrônico será realizado através da utilização do **Portal do Bolsa Nacional de Compras** no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.
- 7.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado “Leiloeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente formam o conjunto de operadores do sistema do Leilão Eletrônico.
- 7.4. O licitante interessado em participar do leilão eletrônico encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.4.1. O licitante declarará em campo próprio do sistema:
- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
 - b) o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e
 - c) responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

8. DA FORMA, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ARREMATAÇÃO

- 8.1. O leilão será julgado e processado em conformidade com Lei nº 14.133, de 2021, pelo critério de MAIOR LANCE POR LOTE, com valor do lance inicial conforme tabela do Anexo Ia – Descrição dos bens, do Termo de Referência, respeitando a margem de lance para cada lote, conforme estabelecido na Plataforma do Leilão (BNC).

- 8.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme estabelecido na plataforma BNC.
- 8.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.5. O procedimento seguirá de acordo com o prazo de disputa adotado.
- 8.6. Havendo lances iguais ao maior já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 8.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.8. O leiloeiro desclassificará lance final, cujo valor seja inferior ao mínimo estabelecido.
- 8.9. Após a arrematação, que se consuma com o encerramento do prazo da oferta de lances, não será aceita em nenhuma hipótese a desistência total ou parcial dos arrematantes quanto aos lotes arrematados, sob pena de infringir o artigo 337 do Código Penal Brasileiro e penalidades nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.10. O arrematante ficará responsável pelo pagamento total dos lotes arrematados e só se procederá a entrega de qualquer bem após o pagamento de todos.
- 8.11. É proibido ao arrematante, ceder, permutar, transferir, vender ou negociar sob qualquer forma, o bem arrematado antes da retirada do mesmo.
- 8.12. O arrematante que descumprir com as obrigações e pagamentos poderá ter o seu cadastro bloqueado e impossibilitado de participar de leilões online e presenciais.
- 8.13. É facultado ao Saae e Leiloeiro, quando o licitante vencedor não cumprir com os prazos e valores, convocar os demais licitantes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

9. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Para participar do certame os licitantes deverão realizar o credenciamento conforme item 3 (três) deste edital e registrar propostas iniciais diretamente no sistema, em cada lote de seu interesse, até a data e horário estabelecido para o recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente o cadastro.
- 9.2. Somente poderão participar da etapa de disputa por lances os licitantes com propostas iniciais registradas no lote disputado.
- 9.3. O cadastramento da proposta inicial pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 9.4. Na data, horário e local estabelecidos no Edital, o Leiloeiro realizará a abertura da presente licitação e dará início à etapa competitiva da licitação que terá duração de **03 (três horas)**.

- 9.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Leiloeiro(a) e os licitantes.
- 9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada neste Edital e seus anexos.
- 9.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.13. Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido no edital, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.
- 9.14. É vedada a desistência dos lances arrematantes, sujeitando-se o licitante declarado vencedor sujeito à multa de 1% (um por cento) do valor de venda que consta no Anexo Ia – Descrição dos bens, do Termo de Referência, correspondente ao Lote em que desistiu, sem prejuízo das demais sanções administrativas e consequências expressamente estabelecidas neste Edital.
- 9.15. Caso não sejam apresentados lances para o lote, será verificada a ordem de classificação das propostas iniciais, podendo ser declarado arrematante o proponente melhor classificado.
- 9.16. Conhecido o licitante arrematante do Lote, o Leiloeiro procederá à análise das condições de participação do mesmo no certame, podendo requisitar via "Chat" de comunicação do sistema os documentos comprobatórios; devendo a diligência ser atendida pelo Arrematante no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contadas do horário da publicação da requisição no "Chat".
- 9.17. Caso o vencedor de disputa seja desclassificado por não atender aos requisitos de participação, poderá ser declarado novo arrematante do lote, obedecida a ordem de classificação que deverá, obrigatoriamente, eleger o maior lance ofertado pelo novo arrematante.
- 9.18. Para fins de declaração de arrematante do lote sem lances ou novo arrematante do lote, o proponente melhor classificado será questionado, via "Chat" de comunicação do sistema, quanto ao seu interesse em manter a proposta ou lance. A não manutenção da proposta ou lance ofertado sujeitará o arrematante ao disposto no item 9.14.
- 9.19. No caso de desconexão com o Leiloeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Leiloeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 9.20. Quando a desconexão persistir, a sessão do Leilão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes, através do "Chat" de troca de mensagens, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.21. O Leiloeiro poderá prorrogar o prazo para recebimento de propostas iniciais e data para início da disputa dos lotes do Leilão Eletrônico, iniciando a sessão de disputa do lote em novo dia e horário.

9.22. Em caso de prorrogação, o novo dia e horário para continuidade da disputa será informado aos licitantes na página de informações dos lotes do leilão eletrônico e através do “Chat” de troca de mensagens do sistema eletrônico.

9.23. Os licitantes deverão manter constante atenção às mensagens enviadas através do sistema do Leilão Eletrônico, via “Chat” de troca de mensagens, sendo vedadas quaisquer posteriores alegações de desconhecimento dos conteúdos das informações comunicadas.

10. DA AUTORIZAÇÃO LEGAL

10.1. A presente alienação está autorizada pelo Saae/Unai por meio das Portarias nº 139, de 12 de setembro de 2018; nº 88, de 18 de outubro de 2021; e nº 282, de 13 de dezembro de 2024.

11. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

10.1. Este certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 6.924, de 2023, com suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie.

12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: <https://bnc.org.br/>.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Leiloeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bnc.org.br> e www.saaeunai.mg.gov.br.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O valor que deve ser pago pelo arrematante é o valor final dos lances, constante na carta de arrematação, referente aos objetos arrematados, devendo ser efetivado integralmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), por meio de transferência bancária ou mediante depósito bancário na Caixa Econômica Federal: **Conta 320-5, Agência: 0942**, em favor do CNPJ: 25.838.855/0001-17 – Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unaí-MG, sendo obrigatório o envio do comprovante de pagamento à Divisão de Material e Patrimônio para conferência através do e-mail: patrimonio@saaeunai.mg.gov.br, para posterior liberação dos bens arrematados.

14.2. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Saae/Unaí para arrematação, poderá:

14.2.1.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

14.2.1.2. aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

15.1. A arrecadação decorrente da presente licitação ingressará no seguinte código de receita orçamentária:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de bens móveis	1756

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO LEILÃO

16.1. Encerradas as etapas de recurso e do pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto licitado e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

17.1. A transferência de propriedade, bem como a retirada junto ao Saae, correrá por conta do arrematante.

17.2. O arrematante que optar pela arrematação de veículo fica ciente da responsabilidade pela regularização da situação legal do bem adquirido, assumindo as despesas relacionadas à transferência de propriedade, custos de cartório, pagamento de IPVA atrasado (inclusive o do ano atual), quaisquer multas registradas ou não no DETRAN, multas RENAINF, seguro obrigatório, emissão de segunda via de documentos, obtenção do número do espelho (CRV), impostos e taxas de qualquer natureza, existentes ou que possam surgir durante a regularização da documentação do veículo.

17.3. Em se tratando de veículos o arrematante com a via original do Certificado de Registro Veicular ou Carta de Arrematação, deverá proceder a transferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento dos documentos pertinentes, atendendo as demais exigências legais.

17.4. O arrematante vencedor é responsável pela retirada de qualquer identificação porventura existente no bem que o vincule ao Saae (adesivos, plaquetas, etc.).

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo de contratação;

18.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.1. O arrematante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.1.2. Multas nos seguintes casos e percentuais:

18.1.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.1.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.1.2.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.1.2.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.1.2.5. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.1.2.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.1.2.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.1.2.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

18.1.3. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens anteriores deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens anteriores deste termo de referência, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.2.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1.999.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O certame será conduzido pelo Leiloeiro que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) abrir e conduzir a sessão pública;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- d) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação.

19.2. As normas disciplinadoras do leilão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança jurídica.

19.3. É facultada ao Leiloeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

19.4. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

19.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será aplicado o disposto no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7. Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Leiloeiro, por decisão fundamentada.

19.8. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública.

19.9. Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento dos licitantes e, em caso de retificação do Edital, apenas o credenciamento continua valendo.

19.10. Nenhuma indenização será devida aos licitantes em decorrência dos atos praticados para participar do procedimento licitatório.

19.11. Havendo divergência entre os termos do Edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

19.12. O arrematante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.

19.13. O Município poderá revogar este leilão em defesa do interesse público ou anular, se nele houver irregularidade, no todo ou em parte, em qualquer fase, de ofício ou mediante provocação, bem como prorrogar a data e/ou horário para abertura da sessão.

19.14. No caso de anulação, não terá o arrematante, direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da irregularidade.

19.15. As fotos dos bens disponibilizados no portal do leilão, bem como as imagens de vídeo que serão exibidas por ocasião do leilão, são recursos meramente ilustrativos, com o objetivo de ajudarem na participação dos licitantes. Assim sendo, a manifestação de interesse na arrematação de qualquer lote só deve se dar após visita física para aferição das condições reais dos bens contidos neste Edital e seus anexos.

19.16. Fica reservado ao Comitente e ao Leiloeiro o direito de retirar, desdobrar ou reunir em lotes, a seus exclusivos critérios ou necessidades quaisquer dos bens descritos no presente Termo de referência.

19.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.18. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma da BNC no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> e no site oficial do Saae/Unaí <https://www.saaeunai.mg.gov.br>.

19.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.19.1. ANEXO I – Termo de Referência;

19.19.2. ANEXO Ia – Descrição dos Bens;

19.19.3. ANEXO Ib – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

19.19.4. ANEXO II – Declaração de Arrematação

19.19.5. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

19.19.6. ANEXO II – Minuta Ordem de entrega de bem leiloado.

19.20. O presente Edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo aos interessados acompanhar, por meio do endereço eletrônico do SAAE/MG, <https://www.saaeunai.mg.gov.br>, e na plataforma da BNC no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.

19.21. Fica eleito o foro da Comarca de Unaí-MG, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Unaí-MG, 27 de dezembro de 2024.

Letícia Monteiro da Silva
Chefe Substituta da Divisão de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01 / 2024****TERMO DE REFERÊNCIA****Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****Alienação – Leilão Eletrônico****Unidade Administrativa de Origem:** Divisão de Material e Patrimônio**Titular Responsável:** Célio José da Silva**Cargo:** Auxiliar Administrativo – Chefe da Divisão de Material e Patrimônio – DMP**Matrícula:** 239**Descrição Resumida do Objeto:** Alienação de bens móveis inservíveis**Legislação aplicável:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Decreto nº 6.924, de 2023.**1. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA ALIENAÇÃO**

1.1. Do Objeto - Alienação de bens inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros) pertencentes ao patrimônio do Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unaí-MG, conforme relação de lotes e especificações descritas no **ANEXO Ia** que integra este Termo de Referência.

1.1.1. O valor unitário dos itens foi obtido por meio de avaliação realizada por comissão designada por meio da Portaria nº 222, de 9 de outubro de 2024, conforme **ANEXO Ia** que integra este Termo de Referência.

1.1.2. Os objetos desta alienação não se enquadram como bens de luxo, sendo considerados itens de qualidade comum.

1.2. Do Prazo - O prazo de retirada dos objetos pelo arrematante é de 30 (trinta) dias, contados do encerramento da sessão do leilão.

1.3. Do Custo estimado - O custo estimado da alienação de cada lote é o constante do **ANEXO Ia** deste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA ALIENAÇÃO

Tem-se que determinadas situações prepondera o dever jurídico de promover a alienação de bens integrantes do patrimônio público. Isso porque não é fim precípua do Poder Público promover a administração de bens patrimoniais.

De se considerar, ainda, que alguns bens móveis, devido ao uso prolongado e desgaste, passam a ter rendimento precário e/ou manutenção onerosa, tornando-se inservíveis a esta Administração.

Cumprir informar que os veículos, objetos da presente alienação, apesar de possuírem ano de fabricação não tão distantes, encontram-se em estado de conservação precário em virtude do uso diuturno dos bens pela administração em suas atividades nas áreas administrativa, água, esgoto e drenagem pluvial. No tocante aos demais bens (sucata de diversos materiais) estes perderam a finalidade para o qual foram adquiridos. Desta forma o desgaste natural, a atual situação de conservação e o preço para manutenção dos bens aconselham sua alienação.

Ressalte-se que a ausência de alienação de bens inservíveis pode acarretar diversos prejuízos à máquina pública, a saber: a) prejuízos de ordem operacional, haja vista que os veículos estão parados; b) prejuízos de ordem social, decorrente da precariedade dos bens públicos; c) prejuízos de ordem financeira, devido ao alto custo de manutenção, armazenagem, perda da conservação física e consequente desvalorização dos bens; d) e prejuízos de ordem ambiental, proveniente nos períodos chuvosos, posto que o acúmulo de água nos bens, que estão a céu aberto podem ensejar a criação de pragas e mosquitos.

Por conseguinte, verifica-se que necessita o Saae de mecanismos mais ágeis, nos limites da lei, para administrar os bens de seu patrimônio, direcionando os recursos efetivamente àqueles projetos que estejam afetados a uma finalidade pública.

Cumpra assinalar que no caso em comento os valores obtidos através da presente alienação serão destinados a execução de bens de capital.

Os bens móveis passíveis de alienação por esta autarquia constam devidamente relacionados em documento anexo.

Cabe mencionar que a Lei nº 14.133, de 2021 dispõe que os bens móveis inservíveis devem ser alienados pela modalidade leilão. Senão vejamos:

“Art. 6º (...) XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;”

Destarte, consoante as razões acima levantadas e o comando legal acima transcrito, faz-se imprescindível a alienação dos bens móveis, tidos como inservíveis, com observância das regras atinentes ao desfazimento de bens pela Administração Pública.

Nesse interim, o artigo 31 da Nova Lei de Licitações faculta a possibilidade de o leilão ser conduzido por leiloeiro oficial ou por servidor designado pela autoridade competente. Portanto, fica a critério da Administração decidir, com base na conveniência e oportunidade, qual das opções acarretará melhores resultados.

Pois bem, no caso em tela, considerando que esta autarquia conta com pessoal qualificado para realização das atribuições pretendidas, bem como dispõe de plataforma eletrônica especializada (bnc.org) para realização do certame, tem-se que a melhor solução é a realização do leilão por intermédio de servidores capacitados, integrantes do quadro funcional do Saae/Unai.

Frisa-se que a contratação de leiloeiro, através de procedimento auxiliar do credenciamento ou pela modalidade de licitação leilão é cabível quando a administração não conta com pessoal suficiente e capacitado para realização das atribuições pretendidas, o que não é o caso. Ademais, a contratação em referência demandará mais tempo, uma vez que após a conclusão dos trâmites necessários para contratação do leiloeiro será ainda necessário providenciar a realização do leilão público.

Nesse sentido, cabe salientar que a realização do leilão por servidores acarretará uma significativa diminuição de custos para a administração. Isso porque reduzirá o número de publicações de editais e não incidirá o pagamento de honorários pelo Saae e pelo arrematante, sendo necessário tão somente o custo para utilização da plataforma eletrônica, pelo particular.

Ressalte-se, ainda, que a não incidência de honorários pelo arrematante torna o certame mais atrativo ao público, reduzindo, sobremaneira as chances de torna-lo deserto.

Isso posto, consubstanciado nos princípios da celeridade, da economicidade e do interesse público (art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021), a realização do leilão por servidores da

administração é a forma que melhor atenderá a finalidade de alienação e desfazimento de bens pela Administração Pública.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA ALIENAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

4.1.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade para alienação dos bens móveis.

4.2. Da Indicação de marcas ou modelos:

4.2.1. Não se aplica a alienação dos bens móveis inservíveis.

4.3. Da vedação de utilização de marca ou produto

4.3.1. Não se aplica a alienação dos bens móveis inservíveis.

4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não se aplica a alienação dos bens móveis inservíveis.

4.5. Da exigência de carta de solidariedade

4.5.1. Não se aplica a alienação dos bens móveis inservíveis.

4.6. Da Subcontratação

4.6.1. Não se aplica a alienação dos bens móveis inservíveis.

4.7. Da Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Do local, horário e condições para visita

5.1.1. Os bens, objeto deste leilão, poderão ser visitados pelos interessados a partir do primeiro dia após a publicação do edital até o dia anterior a sessão do leilão, mediante agendamento prévio junto a Divisão de Material e Patrimônio, pelo telefone (38) 3676-1521 – Ramais 249 / 257, para vistoria e exame dos bens e veículos, bem como levantar as condições dos respectivos documentos e estado de conservação, a fim de se inteirarem de suas particularidades.

5.1.2. É permitido exclusivamente, a avaliação visual dos lotes de bens e veículos, sendo vedado o seu manuseio, experimentação, retirada de peças, etc.

5.1.3. Caso o visitante opte por não visitar o(s) bem(ns), assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoria-lo(s).

5.1.4. Após a licitação e ou arrematação não poderá alegar desconhecimento como forma de impedir a correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do termo de referência e nem reivindicações posteriores.

5.1.5. Horário de visitaço: durante o horário de 8h00 às 10h30min e de 13h00min às 16h30min

5.1.6. Locais para visitaço:

LOTES 01 ao 06: Av. São João, 348 – Divineia – Unaí-MG.

LOTES 07 ao 22: Av. Governador Valadares, 3.757 – Bela Vista – Unaí-MG.

5.2. Da retirada dos bens:

5.2.1. O objeto arrematado será entregue ao arrematante **somente após pagamento do valor arrematado**, mediante comprovação de depósito bancário na conta do Saae/Unaí – **Agência nº 0942, Conta nº 320-5** e nos termos definidos neste Termo de Referência, durante o horário de expediente.

5.2.2. A retirada dos bens arrematados será possível somente mediante agendamento prévio com o Saae, quando poderá ser entregue os documentos necessários para transferência de propriedade.

5.2.3. Caso a retirada tenha sido delegada a um representante, a entrega de bens a terceiros, deverá ser previamente verificada e autorizada pelo Saae. Sendo autorizada, deverá ser realizada mediante procuração particular específica para retirada e assinatura dos documentos com a firma do arrematante reconhecida em cartório ou assinatura eletrônica e documentos do terceiro que irá retirar.

5.2.3.1. Fica o arrematante ciente de que a utilização de procuração e apresentação da mesma no ato da regularização e/ou transferência, será de sua inteira responsabilidade.

5.2.4. A retirada do bem pelo arrematante deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização do leilão, findo esse prazo, o arrematante que não retirar os lotes arrematados, perderá todos os direitos sobre o bem arrematado, reincorporando-se ao patrimônio do Saae, sem direito a restituição do valor pago no lance.

5.2.5. O arrematante deverá providenciar os meios necessários para remoção dos lotes arrematados, bem como, assumir o risco na remoção dos bens e no transporte dos respectivos lotes arrematados, bem como arcará com todas as despesas necessárias.

5.2.6. Os itens arrematados deverão ser retirados na sua totalidade, não sendo reservado ao arrematante o direito à retirada parcial dos mesmos e abandono do restante, ficando o arrematante sujeito às penalidades em caso de descumprimento.

5.2.7. Em se tratando de veículos o mesmo somente será liberado mediante o preenchimento e assinatura do CRV/DUT (Recibo de transferência) ou nota de arrematação de ambas as partes, uma vez que é a partir da cópia autenticada deste documento que é realizada a Comunicação de Venda conforme determinação do DETRAN.

5.2.8. No caso de veículos, é de responsabilidade do arrematante, antes de funcionar (se for o caso), verificar a necessidade de óleo, combustível, dentre outros, responsáveis pelo pleno funcionamento.

5.2.9. É de responsabilidade do Leiloeiro somente a expedição da Nota de Arrematação que será entregue ao arrematante e, a mesma possui fé pública, é documento hábil para a devida comprovação de propriedade pelo arrematante. Caso o arrematante necessite de Nota Fiscal para transporte ou outros, deverá por seus próprios meios providenciar.

5.2.10. A retirada dos bens se dará na Av. Governador Valadares, 3.757, Bela Vista (LOTES 7 ao 22) e na Av. São João, 348 – Divineia (LOTES 1 ao 6) – Unaí-MG.

6. DO PAGAMENTO

O valor que deve ser pago pelo arrematante é o valor final dos lances, constante na carta de arrematação, referente aos objetos arrematados, devendo ser efetivado integralmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), por meio de transferência bancária ou mediante depósito bancário na Caixa Econômica Federal: **Conta 320-5, Agência: 0942**, em favor do CNPJ: 25.838.855/0001-17 – Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unaí-MG, sendo obrigatório o envio do comprovante de pagamento à Divisão de Material e Patrimônio para conferência através do e-mail: patrimonio@saaeunai.mg.gov.br, para posterior liberação dos bens arrematados.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO ARREMATANTE

Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão.

Os interessados em participar do leilão deverão estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto à Receita Federal, bem como com seu endereço atualizado ou em processo de atualização na Receita Federal e no SINTEGRA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.

Os interessados deverão apresentar:

PESSOA FÍSICA:

- a) Documentos de identificação – CPF e Carteira de Identidade – RG ou CNH;
- b) Comprovante de emancipação, quando for o caso;
- c) Comprovante de endereço atualizado.

PESSOA JURÍDICA:

- a) Contrato Social ou última alteração contratual consolidada;
- b) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ;
- c) Documentos de Identidade e CPF dos sócios;
- d) Inscrição Estadual e/ou Municipal se for o caso;
- e) Comprovante de endereço atualizado.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA ALIENAÇÃO

8.1. O valor mínimo estimado da alienação para cada lote é o constante do **ANEXO Ia** deste Termo de Referência, totalizando **R\$ 266.182,00 (Duzentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e dois reais)**.

9. DA RECEITA OBTIDA

9.1. A arrecadação decorrente da presente licitação ingressará no seguinte código de receita orçamentária:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de bens móveis	1756

10. DAS OBRIGAÇÕES DO SAAE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo arrematante, de acordo com este termo de referência e edital.

- 10.2. Assegurar que todas as informações sobre os bens a serem leiloados sejam claras e acessíveis aos interessados.
- 10.3. Informar sobre as condições dos bens móveis que estão sendo leiloados, incluindo quaisquer vícios, defeitos ou restrições.
- 10.4. Organizar os bens em lotes e preparar o local para a realização de visitas de possíveis interessados.
- 10.5. Coordenar o processo de recebimento e registro dos lances feitos pelos interessados durante o leilão.
- 10.6. Após o leilão, formalizar a venda por meio de um contrato ou termo de arrematação, e regularizar a documentação necessária.
- 10.7. Assegurar a entrega dos bens ao arrematante, conforme o prazo e condições estabelecidos no edital.
- 10.8. O Leiloeiro responsável poderá cancelar a venda, antes ou durante a realização do leilão, notadamente se surgir a necessidade ou ocorrer algum impedimento legal.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE

- 11.1. Ler e concordar com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital do leilão.
- 11.2. Aceitar que o lance apresentado é uma oferta vinculativa e que, se vencer, será obrigado a cumprir as condições da arrematação.
- 11.3. Realizar o pagamento do valor arrematado, conforme estabelecido neste documento e dentro do prazo estipulado.
- 11.4. Promover a retirada dos bens arrematados dentro do prazo determinado, arcando com quaisquer encargos ou despesas relacionados.
- 11.5. Assumir a responsabilidade pelos bens arrematados a partir do momento da arrematação, o que inclui custos e riscos de deterioração ou perda.
- 11.6. Fornecer a documentação necessária para a formalização da transação e garantir a regularidade fiscal e jurídica.

12. DAS SANÇÕES

- 12.1. O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Termo de Referência, estará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e às demais cominações legais, com a reversão do bem à Administração, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei nº 13.105/2015.

13. DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Saae/Unai, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 15.1. O Saae/Unai reserva o direito de retirar, desdobrar ou modificar os lotes, a seu exclusivo critério ou necessidade de qualquer bem descrito neste projeto, mediante posteriores retificações no edital, caso necessário.



15.2. Reclamações quanto às condições e quantidades de objetos dos lotes posterior à arrematação não serão acolhidas, visto que há o prazo para visita visando a erradicação de posteriores problemas.

15.3. Ressalta-se que os bens serão leiloados no estado em que se encontram.

15.4. Esse Termo de Referência encontra-se em harmonia com o disposto nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. Resta estabelecido o foro da comarca de Unaí-MG para eventuais diligências decorrentes deste processo licitatório.

Unaí-MG, 19 de dezembro de 2024

Célio José da Silva
Chefe da Divisão de Material e Patrimônio

Aprovado: _____ / _____ / _____

Diretor Geral